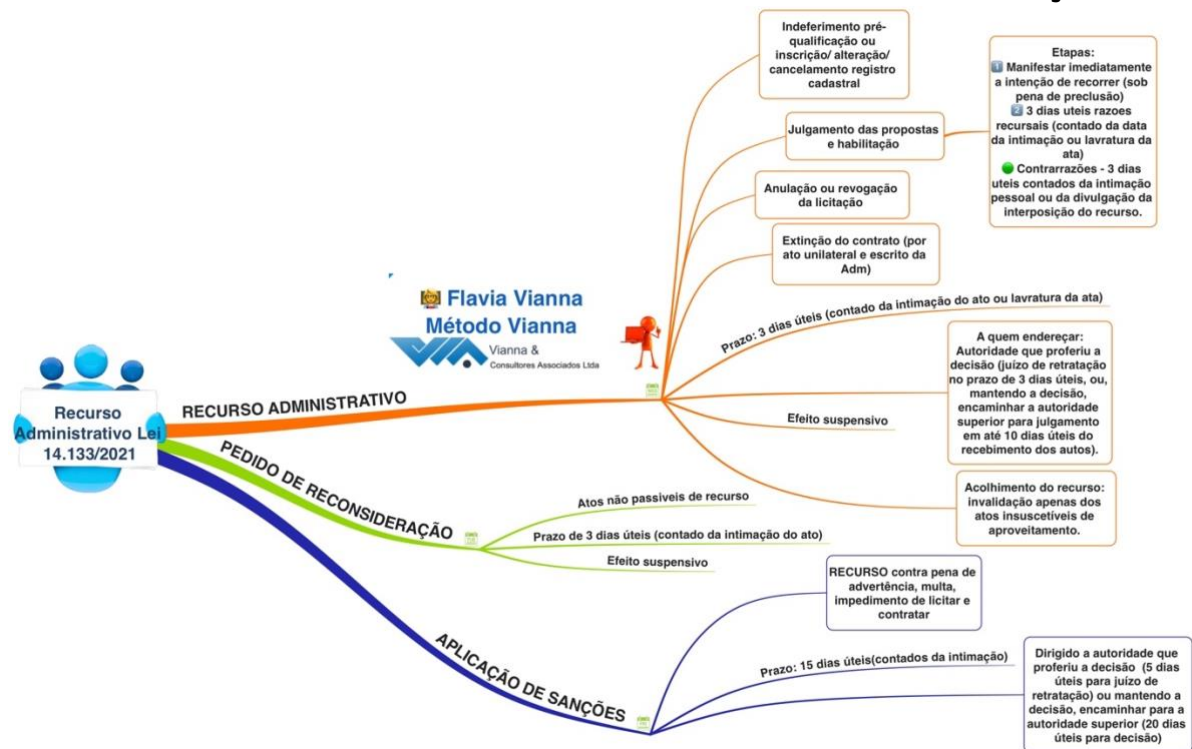


Aula: Fase Recursal

RECURSOS ADMINISTRATIVOS E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO



Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

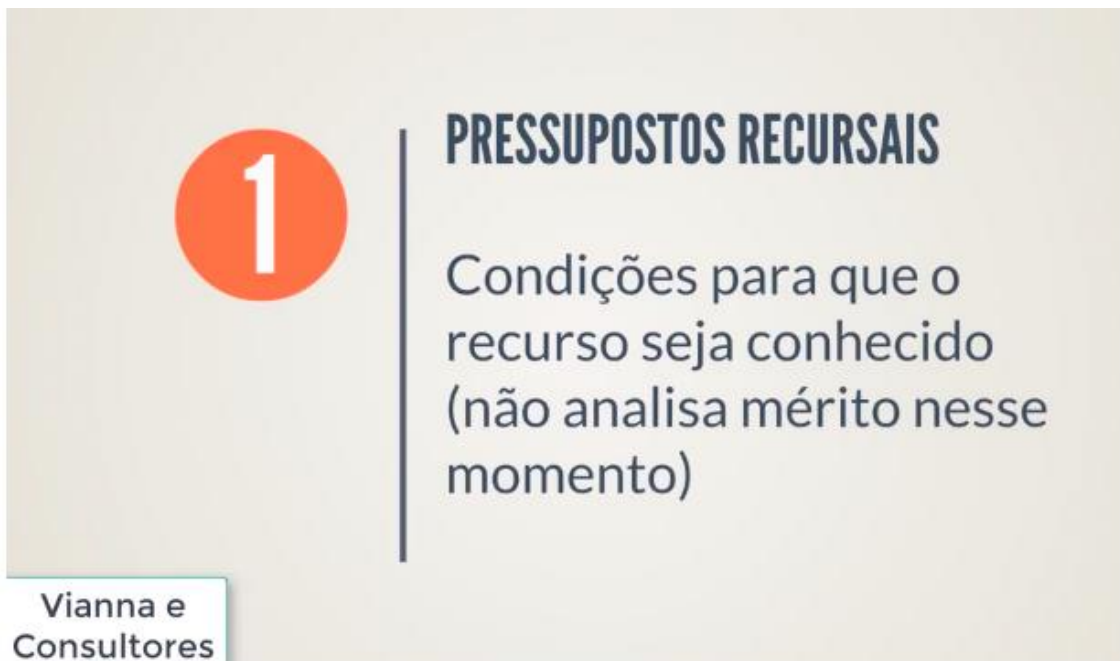
Art. 166. Da aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei](#) caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo único. O recurso de que trata o **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Art. 167. Da aplicação da sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 desta Lei](#) caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 168. **O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.



PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS (da pessoa do recorrente):

- a) Legitimidade (a pessoa tem que ser diretamente afetada pela decisão)
- b) Interesse de Agir (só posso recorrer de uma decisão que me prejudicou, não posso recorrer de uma decisão que me beneficiou)

PRESSUPOSTOS OBJETIVOS (do próprio processo) :

- a) Existência de um ato decisório (decisão que afetou alguém)
- b) Fundamentação
- c) Pedido de nova decisão
- d) Forma
- e) Tempestividade (dentro do prazo legal)

PRESSUPOSTOS OBJETIVOS:

- a) Existência de um ato decisório
- b) Fundamentação
- c) Pedido de nova decisão
- d) Forma
- e) Tempestividade

Vianna e
Consultores

→ Quanto aos pressupostos recursais (juízo de admissibilidade): recurso é conhecido ou não conhecido.

→ No mérito, o recurso será julgado procedente (deferido) / improcedente (indeferido)

Recursos Administrativos

Caberá recurso administrativo dos seguintes atos:

- 1 – Indeferimento para pré-qualificação ou da inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.
- 2 – Julgamento das Propostas e Habilitação.
- 3 – Anulação ou revogação da licitação
- 4 – Extinção do contrato (quando ocorrer por ato unilateral e escrito da Administração).

Prazo para interpor: 3 dias úteis (contado da intimação do ato ou lavratura da ata).

Interposição de recurso contra as fases de julgamento de proposta e habilitação: nesse caso o recurso tem duas etapas:

- Primeiro é necessário manifestar imediatamente a intenção de recorrer (sob pena de preclusão).

- Segundo, quem manifestou o interesse, terá prazo de 3 dias úteis para entregar as razões recursais (contado da data da intimação ou da lavratura da ata).
- Contrarrazões: No mesmo prazo de 3 dias úteis contados da intimação pessoal ou da divulgação da interposição de recurso.

A quem endereçar: autoridade que proferiu a decisão, que pode exercer juízo de retratação no prazo de 3 dias úteis ou, caso mantenha a decisão, encaminhar à autoridade superior para julgamento em até 10 dias úteis do recebimento dos autos.

Acolhimento do recurso: implica na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de reaproveitamento.

Os atos não passíveis de recurso, pode entrar com pedido de reconsideração, no prazo de 3 dias úteis (contado da intimação do ato) art. 165, II.

Efeito do recurso: suspensivo

Decisões que aplicam sanções:

Neste caso, o recurso contra pena de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, prazo de 15 dias úteis (contados da intimação) e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que terá prazo de 5 dias úteis para exercer o juízo de retratação ou, mantendo a decisão, encaminhar para a autoridade superior que terá 20 dias úteis para decisão.

Pedido de Reconsideração

Caberá pedido de reconsideração dos atos que não cabe recurso administrativo.

Prazo: 3 dias úteis contado da intimação do ato.

Tem efeito suspensivo

